

EFEITO CASCATA

Toffoli suspende multa de R\$ 3,8 bi da Odebrecht na Lava-Jato e abre porteira para outras anulações

RAFAEL MORAIS MOURA
@rafaelmoura
BRASILIA

Em cinco meses, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli anulou três decisões emblemáticas no combate à corrupção, suspendeu 14 bilhões em multas e abriu caminho para empresas protagonistas da Lava-Jato conseguirem enterrar suas condenações. Ontem, o magistrado decidiu sustar os pagamentos do acordo de leniência de R\$ 3,8 bilhões firmado pela antiga Odebrecht e atual Novonor com a Operação, como revelou a coluna de Malu Gaspar, do GLOBO. A empreiteira pegou carona em uma ação do grupo J&F, que já havia sido beneficiada com a suspensão de uma penalidade de R\$ 10,3 bilhões.

Em setembro do ano passado, em outro processo, Toffoli invalidou as provas do acordo de leniência da Odebrecht, no qual a empresa admitiu crimes e forneceu informações que impulsionaram a Lava-Jato. O ministro apontou que houve conluio entre Ministério Público e a Justiça Federal, a partir das mensagens reveladas na Operação Spoofing. O magistrado chamou a Lava-Jato de "armação" e classificou a condenação e prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "um dos maiores erros judiciais da História".

RANKING INTERNACIONAL

Maior empreiteira do país até a deflagração da Lava-Jato, dez anos atrás, a Odebrecht desempenhou papel decisivo em esquemas de pagamento de propina a autoridades e burla de licitações em órgãos do governo federal, sobretudo durante as gestões petistas, como revelaram as investigações. Os crimes foram confessados num mega-acordo de delação premiada fechado por cerca de 80 executivos da empresa.

Além de detalharem diversos casos de corrupção do qual participaram, os delatores da companhia entregaram documentos, como planilhas e troca de mensa-



Canetada. O ministro Dias Toffoli já anulou três decisões emblemáticas no combate à corrupção, suspendeu 14 bilhões em multas de acordos de leniência

gens, para sustentar suas versões. Uma das provas mais consistentes da Lava-Jato, na avaliação de policiais e procuradores que participaram da operação, eram os arquivos dos sistemas usado pelo chamado "departamento de propina" da Odebrecht: o "Drousys" e "My Web Day B". O material trazia planilhas com nomes de políticos que receberam propina, quanto e de que modo o suborno era pago.

Os despachos de Toffoli anularam provas como essa. Além de grupos empresariais, as decisões do ministro têm potencial de beneficiar executivos em órgãos do governo federal, que foram sentenciados e presos. Ontem, o ex-presidente da construtora OAS Léio Pinheiro pediu que Toffoli suspenda a multa aplicada a ele no seu acordo de delação premiada com a Lava-Jato. Citando a decisão que derrubou o pagamento do acordo de leniência da J&F, a defesa de Pinheiro considera ser necessária a suspensão das obrigações do seu acordo de colaboração.

Além da Odebrecht, outras seis empresas fizeram acordos

OUTROS ACORDOS DE LENIÊNCIA COM A LAVA-JATO



DECISÕES DE TOFFOLI



dos com a força-tarefa nos mesmos moldes. Uma delas é a Braskem, controlada pela Odebrecht, cujo acordo prevê pagamento de R\$ 2,8 bilhões.

Ao todo, o acordo de leniência firmado pelo Ministério Público Federal com a Odebrecht estipulou R\$ 3,8 bilhões em multas, sendo parte deste valor destinado ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos e à Procuradoria-Geral da Suíça, que também investigavam a empresa. Com a correção monetária pela taxa Selic, o valor do acordo da empreiteira chegaria a R\$ 8,5 bilhões ao final dos 23 anos previstos para o pagamento.

Em janeiro deste ano, a Odebrecht pediu a Toffoli uma extensão dos benefícios que ele concedeu à J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, em dezembro passado, quando suspendeu a multa de R\$ 10,3 bilhões que foi parte do acordo firmado em 2017 com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Greenfield. Amulherde Toffoli, Rober-

ta Rangel, é advogada da J&F no litígio com a Paper Excellence em torno da aquisição da Eldorado Cehulose.

A Odebrecht considera o seu caso mais grave que o dos irmãos Batista, já que o acordo de leniência da empreiteira foi fechado com a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba, cujos integrantes entraram na mira das mensagens hackeadas que vieram à tona com a Operação Spoofing.

Na decisão de dezembro, Toffoli disse que as mensagens captadas ilegalmente pelo hacker Walter Delgatti Neto no caso que ficou conhecido como Vaza-Jato levam a "no mínimo uma dúvida razoável" sobre a "voluntariedade dos acordos" da J&F — apesar de o acordo do grupo não ter relação com a Lava-Jato.

Já o acordo de leniência da Odebrecht foi fechado com a Lava-Jato em dezembro de 2016, quando a empreiteira confessou corrupção em 49 contratos entre 2006 e 2014.

O mesmo argumento de Toffoli sobre a J&F foi usado agora. O ministro apontou que houve conluio entre Moro e procuradores da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba para "elaboração de cenário jurídico-processual-investigativo que conduzisse os investigados à adoção de medidas que melhor conviesse a tais órgãos, e não à defesa em si".

A Odebrecht alega que a troca de mensagens entre Moro e procuradores "revelam um quadro de atuação comum de todas essas autoridades visando à derrocada da Novonor".

"REAVALIAÇÃO"

Outro pedido da empresa atendido por Toffoli foi a garantia de acesso à íntegra do material obtido na Operação Spoofing. Em nota enviada à coluna de Malu Gaspar, Moro afirmou que a Lava-Jato "foi reconhecida nacional e internacionalmente como uma das maiores operações de combate à corrupção no mundo". Procuradora, a Odebrecht/Novonor não se manifestou. (Colaboraram Dimítrius Dantas e Julia Noia)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4